

ESTUDOS DE GÊNERO E FEMINISMO: ENGENDRANDO UM NOVO CAMINHO NO ENFOQUE SOBRE A MULHER RURAL

TATIANA FARIAS DE JESUS (UNIASELVI/UNEB)

Estudos de Gênero: uma abordagem

A história das mulheres vem, ao longo dos tempos, revelando que a conquista da visibilidade feminina, assim como o seu protagonismo, tem provocado transformações substanciais nas relações e desigualdades sociais. Como parte destas trajetórias, os estudos de Gênero, sobretudo nas últimas décadas, têm colocado em cheque velhas certezas. Partindo destes debates, este trabalho se constitui numa tentativa de avaliar o impacto desta abordagem no universo acadêmico. Tem-se como objetivo ainda refletir sobre algumas contribuições dos estudos feministas para a transformação do “olhar” científico sobre os objetos e sujeitos de pesquisa, bem como a inserção das experiências e memórias de lutas das trabalhadoras rurais no *hall* destas discussões.

Dos esforços das feministas em desconstruir os paradigmas da “modernidade” propuseram-se novos olhares e novas formas de fazer ciência que não mais reduzissem as mulheres a estereótipos ou as inviabilizassem enquanto sujeitos. A crítica à produção do conhecimento histórico se estende aos pressupostos da ciência moderna. A crise dos paradigmas tradicionais da Ciência foi acompanhada da necessidade de uma revisão dos instrumentos de pesquisa e da noção de sujeito universal.

Descartes (1596-1650)¹, um dos principais pensadores da Ciência Moderna, afirmava a possibilidade de esta Ciência dominar e controlar a Natureza, através das leis gerais. Ele desconsiderou a subjetividade e emoção dos sujeitos envolvidos no processo de construção do conhecimento, priorizando a racionalidade – e outros termos, ou seja, a razão – como principal caminho para o amadurecimento da ciência.

Dentre os muitos teóricos que se debruçaram sobre esta temática, podemos destacar, séculos depois, um autor que teve papel fundamental na construção dos fundamentos desta corrente teórica: o positivista Augusto Comte (1798- 1857). O positivismo, principalmente no que se refere ao campo dos estudos históricos, defendia

¹ Um dos seus trabalhos mais conhecidos “O discurso sobre o Método” estabeleceu as bases da Ciência Moderna.

a busca da “verdade” científica indubitavelmente registrada nas fontes escritas, pois estas falavam por si. Assim, as interpretações do estudioso (no caso dos historiadores) não incluíam suas impressões pessoais que, do contrário, “contaminariam” a reconstituição de fatos históricos e a reconstrução de determinada leitura das transformações humanas do passado. Note-se que, para inúmeros estudiosos desta corrente, o discurso científico era visto como incontestável já na altura do século XIX, o olhar sobre as fontes refletia, em linhas gerais, uma visão passiva das relações sociais e dos sujeitos que a protagonizavam. Obviamente, as narrativas históricas de natureza positivista, refutavam quaisquer questionamentos à veracidade das fontes escritas, “que falavam por si sós”, sobretudo as oficiais, revelando um projeto de sociedade baseado na idéia de preservação da ‘ordem’ pela busca do progresso. Atualmente, partimos do pressuposto que a análise do(a) pesquisador(a) sobre determinados acontecimentos ou estudo de determinada comunidade tem influencia do “lugar” social a que pertencem e, conseqüentemente, da sua interpretação pessoal, portanto, não deve ser considerada como verdade absoluta.

Os estudos feministas, nascidos das contradições da ciência moderna, foram fundamentais no processo de desconstrução dos seus pressupostos e do *status* de seus sujeitos. Em outras palavras, à medida que se ampliaram o olhar e o interesse pelas demandas das mulheres no ambiente acadêmico, vem-se questionando princípios que, de fato, mantinham/mantêm um quadro desigual entre homens e mulheres nos espaços de produção do conhecimento. Cabe lembrar que, neste movimento, que já dura muitas décadas, a crise de postulados, como a noção de neutralidade científica, denuncia que tais fundamentos servem para justificar, através de um suposto discurso da ‘ciência’, estudos que buscavam comprovar que as mulheres não eram capazes de ocupar espaços na academia para produzir conhecimento.²

As construções sociais em torno dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens, sob bases essencialistas justificavam as desigualdades como provenientes da questão biológica, ou seja, o corpo das mulheres e sua posição de procriadoras limitariam seu posicionamento na sociedade ao espaço privado, grosso modo, ao *status* de “donas do lar”. A ocupação assimétrica pelos homens nos quadros da produção da ciência explica,

² Segundo Perez Sedeño (2001) muitos estudos psiquiátricos buscavam comprovar que as mulheres tinham uma tendência natural para o desequilíbrio.

de certo modo, porque inúmeras construções discursivas fortalecem o argumento essencialista que reduz e orienta as mulheres a uma educação que desenvolva as habilidades do lar, bem como supervaloriza o ambiente doméstico, o destino da maternidade. Contudo, ao longo da história, as mulheres, ao ocupar os postos de trabalho e acadêmicos, têm demonstrado que resistem às práticas sexistas que tentam limitar seu espaço de atuação e de ação.

É assim o papel das feministas que, para além do compromisso acadêmico, possuem o compromisso político de romper com determinados mitos e práticas, denunciando a produção do conhecimento científico que está a serviço da manutenção destes dados e suas disparidades. Contudo, mesmo denunciando as incoerências da Ciência Moderna, não devemos descartar dela as contribuições resultantes das mudanças de perspectiva investigativa – transformações valiosas no olhar sobre os sujeitos, outrora rotulados sob a referência estigmatizante de *objetos* de estudo. Assim, podemos conduzir com os procedimentos metodológicos, a exemplo da utilização de métodos quantitativos. (LIMA e SOUZA, 2003).

A entrada das mulheres na academia não rompeu, de início, com as práticas utilizadas até então, pois estas ainda reproduzem um modelo de ciência androcêntrica³. É, sem dúvida, a partir do processo de autoconsciência do lugar de submissão que lhe é imposto, é que elas buscam romper com os hábitos tradicionais da Ciência e denunciam o enfoque androcêntrico que distorce a realidade que, portanto, marginaliza, silencia e menospreza as contribuições das mulheres à vida social.

Concordo também que às historiadoras, filósofas, sociólogas, etc, não basta que ocupem apenas as cátedras. Os estudos acadêmicos devem desconstruir os discursos, práticas e teorias que legitimam a condição de subordinação feminina e apontar novos caminhos.

Para Sardenberg (2002), as propostas feministas para a Ciência baseiam-se no projeto de transformação das relações de gênero que estão presentes na sociedade. Para

³ Amparo Moreno Sarda define androcentrismo como sendo: El hombre como medida de todas las cosas. Enfoque de un estudio, análisis o investigación desde La perspectiva masculina únicamente, y utilización posterior de los resultados como válidos para La generalidad de los individuos, hombres e mujeres. Este enfoque unilateral se ha llevado a cabo sistemáticamente por los científicos, lo cual ha deformado ramas de La ciencia tan importantes como La Historia, Etnología, Antropología, Medicina, Psicología y otras. El enfoque androcéntrico distorsionador de La realidad, ha sido denunciado por muchas de las propias mujeres científicas” (1987. p. 23)

isso, é necessário pensarmos na prática e elaboração de uma ciência politizada. Nas palavras da autora, “*a crítica feminista tem avançado da mera denúncia da exclusão e invisibilidade das mulheres do mundo da ciência*” e tem ido além, no sentido de criticar e buscar o rompimento com as bases paradigmáticas desta ciência.

Segundo Sandra Harding (1996) a ciência está a serviço de tendências retrógradas e muitas de suas produções tanto tecnológicas quanto teóricas se constroem sobre bases sexistas, racistas e classistas. Em seu instigante trabalho intitulado *ciência y feminismo*, sugere que os criadores da ciência moderna mesmo em defesa da neutralidade na produção do conhecimento falam de um lugar definido por sua classe, raça, gênero e cultura onde estão inseridos. Desse modo, estão comprometidos, com a acumulação de capital e controle político social e, para além destes, com a manutenção do estado das relações de poder e gênero.

De maneira pontual, Harding situa as feministas como corresponsáveis por questionar, de maneira estrutural, os modelos de produção do conhecimento que outras lutas históricas como o combate ao racismo, ao colonialismo ou mesmo contra o capitalismo já apontavam. Contudo, destaca devidamente que foram as feministas responsáveis por questionar a estrutura da produção do conhecimento, denunciando as perversas influências das construções científicas sobre as análises das capacidades das mulheres em relação à Ciência. Afirma ainda, que os homens cientistas ocupam uma posição dominante na sociedade, o que se traduz em um conhecimento parcial e perverso, enquanto que a posição desprivilegiada das mulheres abre a possibilidade de um conhecimento aberto.

Ao buscar reconstruir a participação feminina em um sindicato (assunto em destaque neste trabalho), espaço historicamente ocupado hegemonicamente pelos homens, pretende-se fortalecer estudos que se propõem a reconstruir a história destes personagens que, durante muito tempo, foram alijados do cenário acadêmico, e respeitando a subjetividades destes sujeitos, suas estratégias de sobrevivência e resistência. Dizemos a subjetividade porque esta existe desde o momento em que escolhemos nosso tema de pesquisa, o que demonstra nosso interesse e satisfação pessoal em desenvolver determinado tema. Do mesmo modo, a subjetividade expressa nas falas tanto das mulheres, quanto dos homens que vivem no meio rural de Feira de Santana filiados ao sindicato rural.

Ao questionar os princípios da Ciência Moderna, como exemplo clássico, a idéia do sujeito universal, de verdade absoluta e da razão cartesiana, o pensamento feminista dá visibilidade também à construção da subjetividade, como processo essencialmente social e histórico. Os estudos sobre as mulheres têm contribuído para a renovação das Ciências Humanas como um todo. Segundo Dias (1995):

“Libertar-se de categorias abstratas e de idealidades universais (...) é uma preocupação que decididamente enfatiza o interesse em desconstruir valores ideológicos e em perseguir trilhas do conhecimento histórico concreto que, reduzindo o espaço e o tempo a conjunturas restritas e específicas, permitem ao estudioso a re-descoberta de papéis informais, de situações inéditas e atípicas, que justamente permitem a reconstituição de processos formais sociais fora de seu enquadramento estritamente normativo. (p. 40)

Para a autora, o campo histórico favorável aos estudos feministas busca enfatizar a experiência histórica e social das mulheres, à margem de sistemas teóricos e de conceitos intelectuais que sempre se constituíram como um sistema de dominação e de exclusão das mulheres da história racional e finalista que conceituavam (ibid. p. 45).

A historiografia feminista possui seu campo metodológico aberto às possibilidades de construir as diferenças e explorar a diversidade dos papéis informais femininos. Para Dias, “a historiadora feminista abre a sua trilha de historicidade na aventura do contemporâneo a fim de dar conta da construção do cotidiano das classes trabalhadoras ou marginalizadas e de outras perspectivas, parâmetros, conceitos, para não cair na armadilha do discurso histórico hegemônico”. (1995, p. 50)

Abre-se a possibilidade de descobrir o cotidiano das mulheres da classe trabalhadora, antes ignorado por muitos historiadores, e então podermos construir o conhecimento a partir das experiências de vida destas, o que representa uma perspectiva diferenciada do que se tinha produzido até então. Poderíamos considerar como um olhar diferenciado sobre os objetos-sujeitos das pesquisas. Utilizamos este termo porque as mulheres e suas histórias não podem ser consideradas por nós historiadores como meros objetos de estudo. Elas são sujeitos históricos e, portanto, o estudo sobre suas trajetórias dentro do contexto histórico em que vivem não deve reconhecê-las como objetos passivos de estudo.

A utilização da história oral, por exemplo, nestes estudos nos traz a possibilidade de interagirmos com as histórias sociais e experiências específicas. Como nos afirma

Tânia Gandon (2005), quando trabalhamos a oralidade é preciso ficarmos atentos para os pequenos detalhes das entrevistas, porque estes podem dizer muito mais sobre determinados acontecimentos do que os documentos escritos ou *grandes discursos*. Estes reproduzem relações de gênero desiguais que precisam ser rompidas no momento em que o historiador(a) tem compromisso político de construir um novo olhar. Segundo Joan Scott:

“El discurso histórico que niega a visibilidad a las mujeres perpetua también su subordinación y su imagen de receptoras pasivas de las acciones de los demás. Escribir a historia de las mujeres se asume el status como estrategia política” (1992.p. 5)

Amparo Moreno Sarda (1987) afirma que, durante muito tempo, os historiadores silenciaram sobre a participação das mulheres na História. A partir das demandas do movimento feminista e principalmente de historiadores feministas, intensificou-se a reformulação das premissas do discurso histórico hegemônico. Para esta autora, as mulheres foram excluídas não somente como sujeito produtor de análise, mas também como objeto de análise.

Sônia Troitino (2004), em seu trabalho, *Trajetória e Perspectivas da História das Mulheres no Brasil* afirma que o campo da História das Mulheres mesmo sendo recente já possui uma trajetória marcada por muitas produções e constantes revisões teórico-metodológicas⁴. O trabalho com novas fontes, a mudança de olhar sobre os antigos documentos e a escolha de novos temas de pesquisa possibilitam recuperar a participação das mulheres nos estudos históricos.

Os estudos sobre as mulheres se intensificaram principalmente na década de 1970, quando houve a participação feminina nos movimentos que reivindicavam reconhecimento de seu espaço na sociedade, seja no trabalho (salários reduzidos em relação aos homens), ou nos sindicatos (distribuição desigual do poder que se mantém sob controle dos homens), seja por melhores condições de vida no campo ou na cidade. A partir daí, estas mulheres começam a conquistar espaços nos estudos acadêmicos que destacam suas experiências concretas do cotidiano, tanto no espaço público quanto no privado.

⁴A autora destaca a produção das historiadoras Maria Odila Leite e Mary Del Priori, além de periódicos produzidos pelos núcleos de estudos das mulheres: Cadernos Pagu (UNICAMP), Caderno Espaço Feminino (Universidade Federal de Uberlândia), dentre outras.

Margareth Rago ressalta que as transformações nos estudos históricos são também conseqüências da entrada de novos temas de estudo e, também, da pressão crescente de mulheres ocupando os espaços das universidades, principalmente, com a formação de núcleos de pesquisa e extensão. Em *Epistemologia feminista, gênero e história* (1998), Rago afirma que a teoria feminista propôs que se pensasse a construção cultural das diferenças sexuais, negando radicalmente o determinismo natural e biológico. Assim, a dimensão simbólica e as interpretações no interior de determinada cultura passaram a ser priorizados.

A história das mulheres propõe a análise destas enquanto sujeitos históricos, não mais a partir de um discurso masculino e hegemônico, possibilitando-nos questionar as categorias homogeneizantes de “feminino” que se condensaram principalmente naqueles estudos em que a ênfase recaía sobre a ação coletiva das mulheres enquanto bloco homogêneo e unívoco. Amplia-se, assim, o foco de análise, abrangendo as diversas dimensões da experiência histórica feminina. Em outras palavras, para compreendermos a (in)subordinação feminina é preciso atentarmo-nos para estes espaços, respeitando as especificidades e diferenças dos sujeitos analisados.

Segundo Matos (2000), a grande “virada da história”, no que se refere à crítica, à metodologia e aos conceitos tradicionais, foi o reconhecimento do cotidiano como espaço também marcado por relações de poder, junto a isto, veio a análise do funcionamento da família e da divisão desigual das tarefas domésticas. Estes novos olhares trouxeram outras perspectivas aos estudos sobre os diversos sujeitos da história e têm contribuído para desconstruir a imagem de passividade das mulheres frente ao processo histórico, visualizando-as como sujeitos de sua própria história.

A incorporação da categoria gênero nos anos 80 provocou grande impacto no que se refere aos estudos sobre as mulheres. A historiadora Joan Scott faz um levantamento histórico do conceito de gênero e de sua utilização como categoria de análise. Segundo a autora, esta categoria se estrutura através de duas premissas básicas: primeiro, como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas “entre os sexos”, aliado a outras categorias como geração, raça, etnia e classe; e, segundo, considerando que o gênero também envolve relações de poder em espaços não institucionais como o ambiente privado (SCOTT, 1993).

Ainda, segundo a autora, o gênero abriu os caminhos para a desconstrução do masculino e do feminino na medida em que estes papéis eram dados como naturais e o masculino é considerado superior. Portanto, é preciso desconstruir o pensamento dicotômico que concebe as mulheres e homens numa lógica invariável de dominação/subordinação. Para isso, é preciso problematizar as polaridades e as hierarquias implícitas neste binômio (LOURO, 1997). As noções de *homem dominante e mulher dominada* são insuficientes para explicar as múltiplas relações que se desencadeiam na nossa sociedade.

O conceito de gênero deve desconstruir estas oposições binárias fixas e naturalizadas e deve vir acompanhado da intersecção com outras categorias de análise, o que nos possibilita compreender que existem múltiplas trajetórias de vida dos sujeitos, permitindo criticarmos aqueles estudos que se propunham generalizantes.

1.2. A superação das desigualdades de gênero e as relações de poder

O debate a respeito das questões de gênero deve ser colocado no campo das relações sociais, pois, é através destas que se constroem e se reproduzem as desigualdades entre os indivíduos. Portanto, as desigualdades entre homens e mulheres não devem ser justificadas a partir das diferenças biológicas. É fato que estas diferenças existem e elas estão marcadas no corpo, todavia, isto não significa que elas tenham como consequência a inferioridade de uns em detrimento de outros sujeitos. O corpo é construído socialmente, então, as meninas, desde cedo, são educadas para ser delicadas e sensíveis, o que não significa que elas necessariamente devam comportar-se dessa forma e serem submetidas à figura masculina. Segundo Louro:

“(…) Teorias foram construídas e utilizadas para “provar” distinções físicas, psíquicas, comportamentais; para indicar diferentes habilidades, aptidões; ou para justificar os lugares sociais, as possibilidades e os destinos “próprios” de cada gênero. “(1997.p. 45).

O movimento feminista questionou estas discussões na medida em que elas buscavam essencializar as características de homens e mulheres como sendo naturais. É

preciso ressaltar o seu caráter social e, a partir daí, compreendermos como as relações de gênero são engendradas na prática social.

Em um primeiro momento, os questionamentos do movimento feminista no que diz respeito à denúncia da opressão e subordinação feminina na sociedade foram importantes. Porém, no decorrer dos anos, com o amadurecimento das discussões surgiram questionamentos a respeito da “vitimização” da mulher em alguns estudos, pois seria preciso considerar suas estratégias de resistência que, muitas vezes, se apresentavam de forma sutil.

Nesse sentido, destacamos a importância dos estudos de Michel Foucault, não somente para a historiografia, mas também para os estudos feministas de modo geral. Segundo Louro, este autor apresenta-nos “a multiplicidade de pontos de resistência como inerentes ao poder” (1997.p. 40). Dessa forma, a vitimização das mulheres é desconstruída, na medida em que o poder poderá ser exercido a partir de várias posições e intensidades. Louro afirma ainda que “Foucault desorganiza as concepções convencionais de poder e propõe que observemos o poder sendo exercido em muitas e variadas direções, como se fosse uma rede que, “capilarmente se constitui pela sociedade” (Ibid., 1997.p. 38).

É preciso desconstruir a noção de que as mulheres são desprovidas de poder, o que descarta a possibilidade de acreditarmos na sua capacidade de resistência e de ação diante das situações de desprivilegio. Como observamos nas palavras de Foucault:

(...) Digo simplesmente: a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa... (1987, p. 241)

Através de seus estudos, Michel Foucault nos apresenta uma nova possibilidade de concebermos o poder. O poder não está centralizado no Estado. O poder pode vir de diversos direcionamentos e está diluído através das relações entre os indivíduos. Para este autor, “o poder funciona e se exerce em rede”, e para desconstruir as relações de poder desiguais é preciso que a sociedade desconstrua os mecanismos de poder e os discursos que funcionam “fora, abaixo e ao lado” dos aparelhos de Estado, no nosso próprio cotidiano.

Trazendo o foco para as(os) trabalhadoras(as) rurais que analisamos neste estudo, ressaltamos que entre as tensões e conquistas alcançadas por estas há,

potencialmente, diversas formas e alternativas de contestação e superação destas microrrelações de subordinação na esfera da classe, gênero ou raça. As relações de gênero no interior das lutas no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Feira de Santana implicam relações de poder imersas no cotidiano do movimento sindical em destaque, o que torna plausível considerar as contribuições de Foucault, tendo em vista a intenção de identificar as microrrelações de poder que integram o movimento das (os) trabalhadoras(es) rurais.

1.3 O reconhecimento da cidadania

Podemos afirmar que o movimento feminista tem contribuído para alterar a “condição” das mulheres nas relações desiguais de Gênero, conforme vemos a seguir:

“O processo de luta pelos direitos da mulher vem sendo assumido pelos movimentos sociais feministas, cujas idéias e práticas nem sempre são homogêneas no enfrentamento das dificuldades que se estabelecem nas relações entre homens e mulheres, embora seja unânime a convicção de que a opressão a elas deve acabar no pressuposto da criação de um mundo melhor” (FISCHER, 2006.p. 35)

São os significados e atribuições de gênero que influenciam nas limitações da cidadania. Este processo de exclusão está ligado à questão da cidadania e, obviamente, à formulação desta, enquanto conceito. É, em outras palavras,

“Um conceito construído através de toda a história do pensamento universal, a partir de um modelo masculino e voltado para os interesses dos homens, na medida em que reflete, em todos os processos históricos de sua constituição, a hierarquia sexual da sociedade” (...) (COSTA, 1998.p. 51).

Chantal Mouffe chama à atenção para o conceito de cidadania que deve reconhecer a especificidade da condição feminina, assim como a humanidade comum de homens e mulheres (MOUFFE, 1993.p. 37).

A concepção de cidadania universal que influencia o modelo de cidadania defendido e pregado pelo Estado no Brasil, se baseia na crença de que todos os indivíduos nascem livres e iguais. Se os direitos de todos os homens e mulheres são garantidos, isso não importa, o que importa é que não desobedeçam as leis e respeitem os direitos dos outros indivíduos (MOUFFE, 1993.p. 40). Para a autora:

“A distinção público/privado, central como tem sido para a afirmação da liberdade individual, atuou, por conseguinte como um poderoso princípio de exclusão. Mediante a identificação entre o privado e o doméstico, desempenhou certamente um importante papel na subordinação das mulheres.” (1993.p. 40)

Dessa forma, Mouffe propõe uma concepção de cidadania como uma forma de identidade política, onde as pessoas estariam vinculadas entre si com uma determinada interpretação dada a um conjunto de valores éticos e políticos.

A concepção expressa acima não é neutra, tampouco genérica, de cidadania se considerarmos que os princípios de igualdade e liberdade deverão ser aplicados e utilizados para o questionamento das relações de dominação que persistem. O objetivo é construir uma democracia radical onde os cidadãos possam ter uma identidade política comum fundamentada no desejo de superação das desigualdades. Esta identidade comum não poderá, em momento algum, descartar as diferenças entre os distintos grupos, do contrário, confirmamos um quadro de exclusão.

Neste sentido, temos que ter consciência de que as formas de subordinação em nossa sociedade não se restringem somente às relações desiguais de gênero, mas há outras formas de subordinação de classe, religião, raça e opção sexual das pessoas. Precisamos compreender a diversidade de como são construídas as relações de poder. (MOUFFE, 1993).

As instituições oficiais brasileiras, sobretudo pós-república vem forjando determinados modelos ideais de cidadã, como se os direitos apontados na Constituição de 1988 e as leis vigentes no país que favorecem as mulheres, fossem postas em prática. Tem crescido, de fato, a participação das mulheres no mercado de trabalho, todavia, isso não reduz de forma alguma suas responsabilidades e compromissos. Os diversos trabalhos exercidos pelas mulheres não têm lhes assegurado garantias de direitos, portanto, “*não são bilhetes de entrada à cidadania*” (CAPPELLIN, 1994.p. 37).

A Constituição de 1988 instituiu a proteção legal e do trabalho através da manutenção dos direitos do trabalho, garantido a introdução de normas para aumentar o poder dos sindicatos, a elevação do status de alguns direitos para o nível constitucional e a introdução de novos direitos institucionais substantivos (CAPPELLIN, 1994).

Estes direitos foram garantidos através de um longo processo de luta das mulheres (não somente as do campo) numa articulação a nível nacional. Segundo Paulilo (2004), as mulheres realizaram intensas mobilizações e fóruns de debate no país, com o objetivo de incluir os interesses jurídicos e sociais deste grupo. Sob o *slogan*: “para o processo constitucional valer, ele deve incluir os direitos das mulheres”. Muitas lideranças femininas oriundas de movimentos autônomos e de organizações trabalhistas se articularam junto ao Conselho Nacional de Direitos da Mulher. Dentre os avanços na Constituição no que se refere aos direitos trabalhistas, Paulilo destaca:

“(...) o estabelecimento de direitos trabalhistas para homens e mulheres rurais e urbanas em relação à legislação do trabalho e aos benefícios de previdência social. Foi estipulado que esses benefícios referiam-se às trabalhadoras assalariadas temporárias e permanentes, bem como às agricultoras familiares não remuneradas. Esses benefícios incluem, além do direito a seguro desemprego por invalidez, 120 dias de licença maternidade remunerada para as mulheres. Mulheres que eram trabalhadoras familiares não remuneradas na produção camponesa estariam aptas aos benefícios de aposentadoria diretamente, não mais somente como uma dependente do homem chefe de família.” (2004.p. 183)

Contudo, na década de 90, houve uma regressão no que diz respeito à garantia dos direitos dos trabalhadores (CAPPELLIN, 2000). O governo Fernando Collor de Mello, em 1991, impediu a implementação da licença maternidade remunerada para as mulheres da agricultura familiar, o que foi considerado um retrocesso já que este ponto estava garantido constitucionalmente⁵.

No que se refere ao reconhecimento do trabalho, as mulheres, principalmente, as mulheres rurais, tiveram e ainda têm que travar batalhas árduas para serem reconhecidas como trabalhadoras.

A Divisão Sexual do Trabalho mantém a subordinação feminina no sentido de dar menos valor ao trabalho feminino e estimular a permanência da mulher nas atividades domésticas. O argumento de que o salário da mulher deve ser complementar

⁵A respeito desta informação, ver Paulilo. In: Revista de Estudos Feministas, 2004.

ao do homem é uma justificativa para a inferioridade do salário pago em relação ao elemento feminino.

O que significa que este modelo de cidadania que está implantado no Brasil é limitado, na medida em que se propõe a ser universal, mas na prática não dá conta das questões específicas que dizem respeito às mulheres em nossa sociedade. Segundo Costa (1999), esta cidadania que se propõe a garantir o direito dos cidadãos exercerem sua liberdade de forma autônoma não garante as condições para uma vida autônoma a muitas mulheres. Por isto, as trabalhadoras rurais levaram anos lutando para o reconhecimento de seu trabalho e de sua cidadania.

Nos casos específicos, como o da trabalhadora rural, percebe-se a discrepância, já que estas têm jornada de trabalho maior que a oficialmente estabelecida pela classe trabalhadora. Além disso, tem obrigação de cuidar de filho, da lavoura e das atividades domésticas e muitas têm envolvimento com atividades da Igreja e do movimento sindical.

Para Izaure Fisher (2006), o trabalho da mulher rural, principalmente na região Nordeste, ganha visibilidade em momentos de crise, como nos períodos de seca nos quais os homens recorrem a trabalhos de pedreiro, e outras funções na cidade e deixam as suas famílias na zona rural. O modelo familiar tradicional – com a suposta liderança *natural* do Homem – é questionado. No geral, a reivindicação dos direitos aos créditos rurais e aos direitos previdenciários, em alguns casos, vem acompanhada do questionamento de sua posição no lar.

A luta da mulher no campo teve início na busca pelo reconhecimento profissional de sua ‘lida na lavoura’. Cappellin (2000), através de seus estudos sobre o processo de conquista das mulheres aos direitos trabalhistas e à cidadania, aponta para a importância das organizações sindicais e formas outras de organizações comunitárias, na construção destas demandas. Deve-se destacar ainda a participação daqueles organizados pela Pastoral da Terra na luta como agentes deste processo⁶. Destacamos neste trabalho a referência à campanha nacional “*Trabalhadora Rural Declare sua Profissão*” que incentivou muitas mulheres a não se declararem como “donas de casa” no censo de 1991 e, sim, como “trabalhadoras rurais”. O objetivo desta campanha seria

⁶ Segundo Valdete Boni, a Igreja Católica através de membros ligados à Teologia da Libertação foi fundamental para a formação de lideranças para atuar nos sindicatos. (BONI, 2004: 291)

rever os critérios de pesquisa de órgãos, a exemplo do IBGE, no sentido de adequá-los à identidade emergente das mulheres trabalhadoras (CAPPELLIN, 2000). Este processo de reconhecimento da profissão surgiu da própria mulher que, a partir daí, teria sua profissão reconhecida pelos órgãos federais.

Ressaltamos, ainda, outra campanha realizada principalmente pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) do Nordeste, que tem sido desenvolvida desde 1997, cuja intenção é incentivar que as trabalhadoras rurais façam sua documentação civil e trabalhista pessoal. Esta campanha implementa ações que resgatem a cidadania das trabalhadoras da zona rural e é conhecida como: “Nenhuma Trabalhadora Rural sem Documentos.”⁷ O fato de muitas mulheres do campo não possuírem documentação, coloca-as legalmente às margens da sociedade, porque seus direitos não são garantidos.

No livro *Engendrando um novo feminismo: mulheres líderes de base*, Castro e Abramovay (1998) já afirmavam que, a princípio, as primeiras demandas das trabalhadoras rurais pautavam-se na ampliação dos direitos trabalhistas. Para além disto, dados relevantes trazidos por estas autoras apontam que muitas mulheres da zona rural não possuem minimamente registros civis legais do Estado brasileiro. Fazer sua documentação pessoal tem contribuído, sobretudo, para resgatar a autoestima e fortalecer uma identidade legal, igualmente própria⁸. Com seus documentos em mãos, as mulheres facilitariam a própria garantia de seus direitos enquanto trabalhadoras da zona rural no momento de solicitação do crédito rural ou do pedido de licença maternidade.

Apesar das campanhas em prol da documentação da trabalhadora rural e também da autodeclaração como trabalhadoras, ainda há muito que avançar neste aspecto, uma vez que as relações patriarcais ainda estão presentes na sociedade e muitas mulheres ainda estão distantes de se reconhecer como sujeitos políticos. Por isso, reafirma-se o papel dos sindicatos e dos movimentos autônomos em realizar permanentes momentos

⁷ Dados extraídos do Relatório de Gestão sobre Programa Nacional da Mulher Trabalhadora Rural 2004-2006, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

⁸ O acesso aos documentos pessoais tem significado “material e simbólico” na medida em que contribui para comprovar que as mulheres são trabalhadoras rurais e segundo mulheres do MMTR do Rio Grande do Sul tem contribuído principalmente para deixarem de ser reconhecidas como a ‘outra’, ‘a esposa de’, recuperando assim sua auto-estima já que passam a ter identidade própria (ver mais em Castro, Abramovay, 1996. p. 87)

de formação política e debate em torno das relações desiguais de gênero. Em suma, o acesso à (in)formação engendra um processo paulatino de empoderamento.

Segundo Costa (1998), a questão básica da exclusão feminina da esfera pública está ligada à limitação do próprio conceito de cidadania, construído a partir de pressupostos universais, racionalistas e de um modelo *masculino-branco-dominante* que não contemplou as especificidades femininas. Elas não se reconhecem, nem são reconhecidas como cidadãs. Nesta perspectiva, Chantal Mouffe propõe um modelo de cidadania mais abrangente, a partir de um projeto político contrário às múltiplas formas de subordinação, como apontado anteriormente.

A própria entrada das mulheres na cena pública foi acompanhada de questionamentos em torno do sentido de “ser cidadã”, num contexto capitalista que operava acompanhado do sistema patriarcal (que no Brasil tem raízes coloniais) e que reproduz certas desigualdades (ÁVILA, 2001). As mulheres exigiam/exigem a ampliação e o reconhecimento de seus direitos sociais, a aplicação de políticas públicas que visem superar os abismos entre as classes sociais, os gêneros e raças, tendo em vista suas demandas específicas.

Estas propostas são pautadas no reconhecimento de que não existe uma cidadania universal, uma vez que esta sufoca as experiências e demandas particulares, mantendo marginalizados e excluídos determinados sujeitos da História (mulheres, homens, homossexuais, etc.). Nesse sentido, a luta das trabalhadoras do campo pela ampliação de sua cidadania implica diversos significados, conhecimentos, saberes e visões de mundo próprias que demandam maior compreensão e análise crítica (DIAS, 1994; SCOTT, 2000). A ampliação da participação das mulheres na vida política tem contado com diversas estratégias de autoinclusão no espaço de luta e decisão. No campo, estas estratégias perpassam a atuação simultânea da vida doméstica associada a sua vida na lavoura e as instâncias de luta da categoria.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam/CASTRO, Mary Garcia. *Engendrando um novo feminismo: mulheres líderes de base*. Brasília, UNESCO, 1998.

ARAÚJO, Clara. “Ações afirmativas como estratégias políticas feministas”. In. BRUSCHINI, Cristina, UNBEHAUM, Sandra (org) *Gênero, democracia e sociedade*. São Paulo. Fundação Getúlio Vargas. 2002. pp. 143-166.

ÁVILA, Maria Betania. "Feminismo, cidadania e transformação social". In: Ávila. M. B.(org). *Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade*. Recife, SOS Corpo, Gênero e Cidadania, 2001, pp 15-61.

CAPPELLIN, Paola. "Viver o Sindicalismo no Feminino". In Revista Estudos Feministas (nº especial). Rio de Janeiro, CIEC. 1994. Pp. 271-290.

_____. "Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira". In: Del Priori, Mary(org.). *História das Mulheres no Brasil*. 3ª ed. SP: Contexto. 2000.

CASTRO, Mary Garcia. *Gênero e Poder no espaço sindical*. In: Revista de Estudos Feministas. nº 1. 1995,pp 29- 51.

COSTA, Ana Alice. "Em busca de uma cidadania plena". In: ALVARES, Maria Luzia Miranda e SANTOS, Eunice Ferreira dos. *Olhares e Diversidade: Os estudos sobre gênero no Norte-Nordeste*. Belém, PA, 1999. (p.95-104)

_____. *As Donas do Poder. Mulher e política na Bahia*. Salvador: Assembléia Legislativa/NEIM- UFBa, Coleção Baianas, nº 2, 1998

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano". In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina(orgs.) *Uma Questão de Gênero*. Fundação Carlos Chagas. Rosa dos Tempos.1992

_____. Novas Subjetividades na Pesquisa Histórica Feminista: uma hermenêutica das diferenças. Revista de Estudos Feministas. Vol. 2, 2/1994. P. 373/386

ESMERALDO, Gema Galgani. "O Feminino na Sombra: Relações de Poder na CUT". Fortaleza: EUFC, 1998.

_____. Representação política do gênero feminino e masculino nas direções sindicais: mudanças e permanências. In: ALVARES, Maria Luzia Miranda & SANTOS, Eunice Ferreira dos. *Olhares e Diversidade: Os estudos sobre gênero no Norte-Nordeste*. Belém, PA, 1999. (p.75-94)

FISCHER, Izaura Rufino. *O protagonismo da mulher rural no contexto da dominação*. Pernambuco: Massangana, 2006

FOUCAULT, Michel. *A microfísica do poder*. São Paulo, Difel, 1987

GIULIANI, Paola e MIELE, Neide. *Silenciosas e Combativas*. UFPB (s/ ano)

HARDING, Sandra. *Ciência y Feminismo*. Tradução de Palo Manzano. Madrid: Morata, 1996.

KHOURY, Yara Aun. "Narrativas orais na investigação da História Social". Projeto História, São Paulo, (22), jun. 2001.

JESUS, Tatiana Farias de. *Participação Feminina no Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Feira de Santana*. Feira de Santana, UEFS (monografia de Especialização em História da Bahia), 2008.

_____. *Histórias de luta e relações de poder: participação feminina no sindicato de trabalhadores rurais de Feira de Santana (1989-2002)*. Anais do Encontro Estadual da ANPUH-Bahia Vitória da Conquista, UESB, 2008. (disponível em http://www.uesb.br/anpuhba/anais_eletronicos/Tatiana%20Farias%20de%20Jesus.pdf.)

_____. *As lutas das trabalhadoras rurais e as relações de gênero no sindicato dos trabalhadores rurais de feira de Santana (1989-2002)*. Anais do Encontro Internacional Fazendo Gênero 8. Florianópolis-SC, UFSC, 2008. (disponível em http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST15/Tatiana_Farias_de_Jesus_15.pdf)

LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de. *As armas de marte no espelho de vênus: a marca de gênero em ciências biológicas*. (Tese de doutorado em educação/UFBA) Salvador: 2003.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.

MAIA, Sylvia Maria dos Reis(org.). *Assentamentos Rurais: estudos realizados na Bahia e em Sergipe*. Salvador, Editora FIB. 2007.

_____ e FERNANDES, Jeovane. In: ALVAREZ, Luiza e SANTO, L. M. *Notas sobre movimentos sociais de mulheres na Bahia: Fluxo e Refluxo*. CEJUP, p. 161-178. (sem ano).

MATOS, Maira Izilda. *Por uma história da mulher*. Bauru: EDUSC, 2000

MOUFFE, Chantal. “*Feminismo, cidadania e política democrática radical*”. In: *Feminists Theorize the Political*, ed. Judith Butler and Joan W. Scott, Routledge, 1992.

PEREZ SEDENO, E. "La deseabilidad epistémica de la equidad en ciencia" In: Frias (Org.). *Las mujeres ante la ciencia del siglo XXI*. Instituto de Investigaciones Feministas, Universidad Complutense de Madrid. Espana: Complutense, 2001.

POPPINO, Rollie. *Feira de Santana*. Editora Itapuã. 1968

RAGO, Margareth. *Epistemologia feminista, gênero e história*. 1998 IN: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.)- MASCULINO,

FEMININO, PLURAL. Florianópolis: Ed.Mulheres,1998

RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*.Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1990

SADER, Eder. *Quando os Novos Personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores de São Paulo*. Rio de Janeiro, Paz eTerra, 1988

SANTOS, Igor Gomes. *Na contramão do sentido: Origens e Trajetória do PT de Feira de Santana-Bahia(1979-2000)*. Rio de Janeiro, UFF, 2007 (dissertação de mestrado).

SARDA MORENO, Amparo. *El arquétipo viril protagonista de la história. Ejercicios de lectura no androcéntrica*. Cuadernos Inacabados, Barcelona, La Sal, 1987. Pp. 17- 68.

SARDENBERG, Cecília M. B. “*Estudos Feministas : um esboço crítico*”. In: Célia Gurgel (org.). *Teoria e Práxis dos Enfoques de Gênero*. Salvador: REDOR- NEGIF, 2004, pp. 17-40.

_____, Cecília e COSTA, Ana Alice. “Feminismo, Feministas e movimentos sociais”. In: Margarida BRANDÃO e M. Clara BINGHEMER (orgs.), *Mulher E Relações de Gênero*. São Paulo: Loyola, 1994

SCOTT, Joan. “gender and the politics of History”, New York: Columbia University Press, 1988 ,pp. : 28- 52[Tradução: Gênero: uma categoria útil de análise histórica” Recife, SOS Corpo e Cidadania, 1993.

_____. “História das Mulheres”. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da História: novas Perspectivas*. São Paulo, UNESP, 1992

_____. *Feminismo e História*. New York, Oxford University Press.1996.

SOUZA Lobo, Elizabeth. *A Classe Operária tem Dois Sexos*. São Paulo: Brasiliense. 1991, pp. 143- 155.

TROITIÑO, Sonia. “Trajetória e perspectivas da história das mulheres no Brasil”. In: VALDIVIESO, Perez et al. *La historia de las mujeres: una revisión historiográfica*. Valladolid: Universidad de Valladolid. 2004. p. 93-103.

YOUNG, Iris. *La justicia y la política de la diferencia*. Universitat de València: Ediciones Cátedra, 1990 [tradução de Silvina Alvarez]